

SILVA, Juremir Machado da. *1964. Golpe midiático-civil-militar*. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

Gilmara Yoshihara Franco*

Correspondência:

Rua Brasflorest, 5800, Casa 7, Condomínio Tiradentes, Jd. Tropical.

Rolim de Moura – RO – Brasil. CEP: 76940-000

E-mail: gilmara.franco@unir.br

O ano de 2014 foi marcado por uma efeméride: os cinquenta anos do golpe que depôs o presidente João Goulart. O simbolismo da data foi responsável por uma série de eventos e publicações que debateram e refletiram a história recente do Brasil. Paralelamente aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, criada para apurar crimes contra os Direitos Humanos no Brasil, em um lapso temporal que perpassava a Ditadura Militar, muitos outros foram produzidos para refletir o período. Entre as obras que vieram à lume está “*1964: Golpe midiático-civil-militar*”, de Juremir Machado da Silva, que, em menos de um ano, está na sua quinta edição.

Formado em jornalismo e história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e com mestrado e doutorado em sociologia da cultura pela Universidade René Descartes, em Paris, Juremir Machado da Silva tem uma produção de caráter interdisciplinar e alguns trabalhos caracteristicamente na área da História, como “Jango, vida e morte no exílio”, publicado em 2013. Em sua mais recente pesquisa o autor se propõe analisar o papel da mídia, mais particularmente o papel da imprensa, no contexto do 31 de março de 1964. Trata-se de uma obra que, ao analisar a atuação da mídia no golpe militar, abre uma seara de oportunidades para que novos estudos possam se debruçar sobre o tema.

O livro “*1964: Golpe midiático-civil-militar*” está dividido em 13 capítulos que, em geral, não são muito longos. Na primeira seção, a fim de justificar a relevância da obra o autor escreve que “passado meio século de tantos enganos, releituras e novas narrativas, chegou a hora da exumação dos restos mortais da imprensa em 1964”.¹ Tal “exumação”, foi feita, basicamente, a partir de duas fontes: os livros de Alberto Dines “*Os*

* Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

¹SILVA, Juremir Machado da. *1964. Golpe midiático-civil-militar*. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 9.

idos de março e a queda em abril”, lançado em 1964 e “*O golpe de 1964: a imprensa disse não*”, organizado por Thereza Cesário Alvim, em 1979. A intensão da pesquisa é fazer um “trabalho de ‘desenconbrimento’, de desconstrução narrativa, de revelação da ambiguidade de certos discursos e de desvelamento: fazer vir à tona o que se esconde sob a poeira das frases do passado”.²

Ao analisar “as origens do golpe” o autor afirma que a imprensa, sem diferenciar de que veículos ou articulistas está a falar, teria agido como “intelectual orgânico”, fazendo alusão ao conceito de Antônio Gramsci. Para corroborar o emprego de tal conceito, escreve: “imprensa” agiu como “comissário” daqueles que buscavam derrubar o governo João Goulart. Dessa maneira, com o objetivo de atuar para construir uma espécie de consenso perante a sociedade brasileira acerca do “perigo” que representava as tentativas de reformas defendidas por Jango, as narrativas produzidas pela imprensa alertavam, de muitas formas, que a permanência do presidente à frente do cargo levaria o Brasil para o caminho do comunismo.

Recorrendo a fatos como a atuação do Ipes – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e do Ibad – Instituto Brasileiro de Ação Democrática - nas eleições de 1962, do que chamou de “adesão voluntária dos grandes jornais”, como *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Correio da Manhã*, *O Dia*, *Jornal do Brasil* e *Tribuna da Imprensa*, e de movimentos como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, o objetivo do texto é afirmar que “o golpe foi construído em rede Nacional”. Contudo, tal afirmação é feita a partir de pontos que não foram devidamente dimensionados e problematizados de modo a produzir uma reflexão que leve o leitor para além do factual.

Na sequência, o autor faz uma brevíssima contextualização do período em que João Goulart governou o país. Com base em pesquisas realizadas pelo IBGE, retiradas do trabalho de Cássio Moreira que evidenciavam as desigualdades existentes no Brasil, e em textos de sua própria lavra, que dão conta da alta popularidade que gozava Jango à época do golpe, Juremir Machado da Silva afirma que “a mídia conseguiu produzir a falsa ideia de que Jango estava isolado e sem apoio popular”.³

Ao chegar ao ponto central de sua obra, ou seja, a análise sobre o papel da imprensa nos acontecimentos que culminaram com a chegada dos militares ao poder, o autor amplia a definição já clássica de autores como René Armand Dreifuss⁴ de que o golpe foi “civil e militar” e afirma que o mesmo foi “midiático-civil-militar”. Segundo Juremir Machado da Silva, “sem trabalho da imprensa não haveria legitimidade para a derrubada do presidente João Goulart”.⁵

² Idem.

³ Ibidem, p. 31.

⁴ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁵ SILVA, Juremir Machado da. *1964, Op. cit.*, p. 32.

Nesse sentido, a construção da legitimidade para o golpe, junto a larga parcela da sociedade brasileira, teria sido forjada em artigos e editoriais de veículos da grande imprensa brasileira, entre os quais estavam o *Correio da Manhã*, a *Folha de São Paulo*, *Tribuna da Imprensa*, *Jornal do Brasil*, *Estado de Minas*, *Correio Brasiliense*, *O Globo* e em revistas como *O Cruzeiro*.

A pavimentação do golpe teria sido feita, sobretudo, por intelectuais que atuavam junto aos jornais. Tomando a mídia impressa como uma categoria genérica, Juremir Machado da Silva, citando o trabalho de Alzira Abreu, escreve que:

O contexto político da época era de grande exaltação contra o comunismo e contra a Revolução Cubana. O mundo vivia o confronto entre países ocidentais capitalistas e comunistas, o que muito contribuiu para exacerbar as posições ideológicas em conflito dentro do Brasil. O anti-comunismo foi usado para difundir o medo junto à classe média e para identificar, nas reformas de base, a passagem do regime capitalista para o comunista. Os jornais, com maior ou menor ênfase, participaram da pregação anticomunista.⁶

Na sequência, o autor se volta para a obra *Os idos de março e a queda em abril*, organizada por Alberto Dines e publicada em 1964, que contém textos do próprio Dines e dos jornalistas Antonio Callado, Araújo Neto, Carlos Castelo Branco, Cláudio Mello e Souza, Eurilo Duarte, Pedro Gomes e Wilson Figueiredo.

A análise realizada não leva em conta instrumentais básico da História e, em alguns momentos, se aproxima de um julgamento. Nesse sentido, desconsiderando que os “homens” são sujeitos de seu tempo, e sem problematizar a complexa teia que, como afirma Michel de Certeau⁷, explica as posições de fala do sujeito relacionando-as ao lugar de onde tais falas são enunciadas, Juremir Machado da Silva procede sua interpretação sobre a atuação dos jornalistas que, segundo ele, contribuíram para legitimar o golpe de Estado perpetrado contra o presidente João Goulart, em 31 de março de 1964.

Recorrendo a longos trechos de matérias publicadas por Alberto Dines e a uma adjetivação incomum às análises historiográficas, tais como “serviçal do poder econômico”, o autor avalia a atuação do jornalista às vésperas do 31 de março e afirma que as matérias veiculadas por Dines no *Jornal do Brasil* serviam para “deturpar” as medidas propostas por João Goulart nas chamadas Reformas de Base e, ainda, o acusa por ter saudado os militares quando o golpe se tornou realidade.

Em seguida, usando o trocadilho “Callado falou demais” tece considerações sobre o trabalho de Antonio Callado na imprensa, no contexto do golpe. Ao se reportar às

⁶ ABREU, Alzira Alves, citada por SILVA, Juremir Machado da. 1964, *Op. cit.*, p. 44-45.

⁷ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

matérias produzidas pelo jornalista, Juremir afirma que tudo que este fez foi desqualificar João Goulart, tanchando-o como ‘fantoche’, ‘coitado’, ‘bêbado’ sem contar as referências, feitas de modo depreciativo, à deficiência física que Jango possuía na perna esquerda. Em tom de ressentimento, aponta a ausência, por parte de Callado, em conseguir compreender a profundidade e a amplitude das reformas propostas por João Goulart.

De forma áspera, Antônio Callado é qualificado como “‘um intelectual orgânico’ do udenismo sem consciência do estilo pusilânime que adotou e praticou até compreender que tinha aberto as portas do inferno aos brasileiros para salvá-los do pretensão diabo”.⁸

Para tentar reafirmar o apoio da imprensa ao golpe, o autor de “Golpe midiático-civil-militar” analisa a obra *O golpe de 1964: a imprensa disse não*, coletânea organizada por Thereza Cesário Alvim e publicada em 1979. Ao contrário do argumento que o livro se propõe sustentar, ou seja, que a imprensa negou o golpe, Juremir afirma em sua pesquisa que ‘a imprensa disse sim três vezes’ ao movimento de levou à queda de Jango. Para tanto, investiga-se as posturas adotadas pelos jornalistas/intelectuais Carlos Heitor Cony, Antonio Callado, Carlos Drummond de Andrade, Alceu Amoroso Lima, Edmundo Moniz, José Carlos Oliveira e Márcio Moreira Alves. A intensão do autor é demonstrar que, em comum, todos vão se mostrando, passado o alívio da queda de Jango, contrários ao regime.

Ao referir-se a ‘conversão’ de Cony à condição de crítico ferrenho da ditadura, citando artigos clássicos saídos da pena mordaz do jornalista no pós-golpe, Juremir Machado da Silva tem a intensão de ressaltar que, tanto Cony, como os demais jornalistas/intelectuais mencionados nesta parte de sua obra, disseram sim ao golpe e, em seguida, converteram-se em críticos da ditadura. Ainda no que diz respeito a Carlos Heitor Cony a análise não atribui o devido peso à postura política e intelectual dessa personagem que, trata-se, na verdade, de um intelectual liberal que manteve uma postura independente, tanto das vertentes ideológicas ligadas ao pensamento de esquerda como da extrema direita, e que pagou o preço por suas escolhas, como escreve Beatriz Kushnir no artigo “Depor as armas - a travessia de Cony, e a censura no *Partidão*”.⁹

Quanto a ‘conversão’ dos demais jornalistas/intelectuais, falta à obra descer as profundezas do contexto e se perguntar: o que está por trás de tamanha mudança? Por que o *Correio da Manhã*, jornal da grande imprensa, porta-voz do golpe, se transforma tão rapidamente em bastião de oposição à ditadura? E, como se comportaram os jornalistas que, juntamente com Alberto Dines, escreveram *Os idos de março e a queda em abril*?

⁸ SILVA, Juremir Machado da. 1964. *Op. cit.*, p. 75.

⁹ KUSHNIR, Beatriz. Depor as armas. A travessia de Cony e a censura no Partidão. In: REIS, Daniel Aarão. (Org.). *Intelectuais: História e Política*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, p. 219-246.

Essas perguntas não foram devidamente respondidas pelo autor, embora exista uma considerável historiografia que analise a imprensa no período da ditadura militar.

À título de conclusão para o tópico que trata da adesão da imprensa, o autor escreve com ares de inquisidor:

As narrativas reunidas por Thereza Cesário Alvim mais confundem do que esclarecem. Contribuem, sem dúvida, para a glorificação daqueles que disseram sim ao golpe e não, depois de um rápido arrependimento, à ditadura, mas se esqueceram de assumir a responsabilidade pelo monstro que ajudaram a criar e jamais pediram desculpas à nação pelo estrago que produziram.¹⁰

“1964. Golpe midiático-civil-militar” também aborda *en passant* a adesão ao golpe de jornais como *Folha de São Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e o *Globo*, trazendo as justificativas que os proprietários desses veículos da grande imprensa apresentam para suas posições de apoio ao movimento que culminou com a queda de João Goulart e com a Ditadura propriamente dita. A obra apresenta ainda algumas das manifestações de “mea-culpa” dos jornais, feitas no curso da história. Dentre elas, chama atenção re-tração de *O Globo*, publicada em 31 de agosto de 2013, em que, falando em nome das Organizações Globo, o jornal reconhece o apoio ao golpe e lamenta as consequências do ato. Ao que parece, as questões apontadas por Juremir acerca desses jornais, antes e durante a ditadura, poderiam ser objeto de análises independentes, à exemplo de trabalhos como o de Maria Aparecida de Aquino “*Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento*”.¹¹

Para finalizar, Juremir Machado da Silva afirma que “a participação da mídia no golpe de 1964 é uma das maiores pizzas da história brasileira”. Fazendo uma analogia com o futebol, ele escreve que a mídia “merecia uma taça mais importante que a Jules Rimet, a taça do tricampeonato no México, o tri da ditadura, roubada e derretida”.¹² Mais uma vez, ao invés de analisar e apontar os porquês envolvidos na questão, o autor cobra da imprensa o fato dela nunca ter pedido desculpas à sociedade brasileira.

Subestimando o percurso do que tem sido o fazer jornalístico ao longo do tempo, nos termos da análise de autores como Marialva Barbosa,¹³ e os bastidores do próprio tempo em que jornalistas/intelectuais se engajaram contra o governo João Goulart, Juremir os acusa de traidores da pátria, de faltarem ao compromisso com a liberdade e por serem excessivamente conservadores.

¹⁰ SILVA, Juremir Machado da. *1964, Op. cit.*, p. 117.

¹¹ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru (SP): Edusc, 1999.

¹² SILVA, Juremir Machado da. *1964, Op. cit.*, p. 141.

¹³ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

Em que pese os excessos de julgamento cometidos ao longo de sua análise, ressaltamos que o livro de Juremir Machado da Silva “1964. Golpe midiático-civil-militar” abre aos historiadores um leque de perspectivas de estudos que podem aprofundar as questões que o autor levanta, relacionadas às diversas problemáticas que envolvem a participação dos segmentos da mídia no golpe de 1964.

Resenha recebida em 5 de novembro de 2015.

Aprovada em 20 de maio de 2016.